

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 2016

Carta nº: 8430076

A/C: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

996 80-0506

16
2

Sinistro: 3160032548
Vítima: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA
Data Acidente: 27/04/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 13/01/2016 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 27/04/2014. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Documentação médico-hospitalar
- DUT
- Declaração do Proprietário do Veículo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na ARUANA SEGUROS S/A de origem onde foi realizada sua reclamação de sinistro.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 22/09/2019 15:41:24



PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Dalvairi Alexandre da Silva
brasileiro (a), casado, motorista, portador(a) do RG nº.
19 41224 expedido por SSP/PB em 1/1 e do CPF nº.
930.054.404-18, residente na(o) Rua Elizário Cândido Costa
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DUANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 15 de Dezembro de 2019.

Dalvairi Alexandre da Silva
Outorgante

18
2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
FABRICA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF
1711224 SSP PE

CPF
930.054.404-78

DATA NASCIMENTO
08/07/1973

FUNÇÃO
JOSE MATEUS DA SILVA
RIVALDA DINIZ
ALEXANDRE DA SILVA

PERMISSÃO
ACCC CALHA
AC

Nº REGISTRO
03967382776

VALIDADE
25/08/2015

1ª Vistoriação
27/08/2004

PROIBIDO PLASTIFICAR

313743477

313743477

EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CAMPINA GRANDE, PE

DATA EMISSÃO
31/08/2010

15168562718
PB020864647



002449

Rua Feliciano Cirne, s/n - Jaguaribe João Pessoa - PB. CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

06971112-7

JOANA DARC MEDEIROS SILVA
 ENDEREÇO
 RUA ALEXANDRE CANDIDO COSTA, 316
 BAIRRO JK
 CIDADE
 PICUI
 RESPONSÁVEL
 SITUAÇÃO ÁGUA
 LIGADO
 SITUAÇÃO ESGOTO
 POTENCIAL

INSCRIÇÃO
 028.01.037.0022

SAU

CEP
 58187-000

QUANTIDADE DE ECONOMIAS
 RESIDENCIAL 1 COMERCIAL INDUSTRIAL PÚBLICO

LEITURA ATUAL
 LEITURA ANTERIOR
 CONSUMO DO MÊS (m³)
 DATA DA LEITURA
 DIAS DE CONSUMO
 CONDIÇÃO DA LEITURA
 CONDIÇÃO DO FATORAMENTO
 ANORMALIDADE DA LEITURA
 ANORMALIDADE DE CONSUMO
 DATA DA PRÓXIMA LEITURA

MÊS
 VALOR - R\$
 10

SEM HIDROMETRO

Ignorar, se pago após:

PARÂMETRO
 TURBIDEZ
 PH
 COR
 CLORO
 COLIFORMES TOTAIS
 VALOR MÉDIO
 DETECTADO
 FORTALEZA SINGLA
 NÚMERO DA
 SAÚDE-REFERÊNCIA
 S 5,0 UT
 6,0 a 9,5
 15 UN
 N/A, 0, 2mg/l
 (*)

(*) Sistema que analisa 40 ou mais amostras por
 mês, ausente em 95% das amostras examinadas

Dados Referentes à

MEMO
 Data Instalação
 Marca
 Localização
 Capacidade

24,49

MÉDIA:

24,49

MAR/2014

PARA SUA COMODIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DÉBITO AUTOMÁTICO.

06/04/2014



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

20
P

Fil Dobracim Alexandre da Silva,
RG nº 1711224, data de expedição ___/___/___, Órgão
SSP/PB, CPF nº 930.054.404-78, venho perante a este
instrumento de declaração que não possui comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>R. Elizário Cândido Costa</u>
Número	<u>316</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>JK</u>
Cidade	<u>Picuí</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Picuí-PB, 03/09/19

Assinatura do Declarante: Dobracim Alexandre da Silva



21
C

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Dalvacin Alexandre da Silva,
brasileiro(a), casado, motorista, portador do
RG nº 1.711.224 expedido por 1 e do CPF nº
930.054.404-78 residente
na(o) Rua Elizário Cândido Costa,
município de Picuí - PB, DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (Lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 15 de Dezembro de 2014

Dalvacin Alexandre da Silva

DECLARANTE

(A rgo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30-8-1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a obter prova de vida, restituição, apuração de dependência econômica, homologação em bens autossuficientes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador habilitado, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Jdeh / Hélio Beltrão





C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 034 /2014

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 02/2013, nele encontrei as folhas de N.º 34, o Registro n.º 34, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 30 dias do mês de **Abril** do ano de **2014**, Nesta cidade de **Picuí**, Estado da **Paraíba** e na **Delegacia de Polícia Civil**, presente a Autoridade Policial o (a) **Bela. Dianni Regina de Barros Silva**, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado; ai, por volta das 15h 38m, compareceu: **DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA**, brasileiro, casado, motorista, nascido em 08/07/1973, RG 1711224 SSP/PB, CPF nº 930.054.404-78, filho de José Mateus da Silva e Rivaílida Diniz e Alexandre da Silva, residente na R. Eliziário Cândido Costa, 316 -JK - Picuí-PB; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:** Narra o Comunicante acima qualificado, Que: no dia 27 de abril de 2014, por volta das 15h30, o Comunicante vinha conduzindo a moto marca **HONDA/CG 150 TITAN MIX KS**, 2010/2010, placa **NNR5692/RN**, chassi **9C2KC1610AR031306**, cor **VERMELHA**, no Sítio Tanque de Areia, nas proximidades do Trevo de Baraúna-PB, e que, em dado momento, antes de numa curva, perdeu o controle e veio a cair da moto. Que o SAMU foi chamado por terceiros, e após o atendimento pré-hospitalar o conduziram ao Hospital Regional de Picuí-PB; QUE sofreu lesões no ombro esquerdo e desse acidente resultou no atendimento hospitalar atestado pela ficha hospitalar, em anexo. O Comunicante apresentou a Autoridade Policial presente: *Declaração do SAMU e cópia da Ficha Ambulatorial do Hospital Regional de Picuí-PB, nas quais se observam as notações "acidente de moto"; além de duas testemunhas que também confirmam a ocorrência como verdadeira.* A Autoridade Policial requereu **EXAME TRAUMATOLÓGICO** ao IPC (Exame **DPVAT**, conforme ordena o Art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74). E o competente **Lauda Pericial** será encaminhado à Autoridade solicitante *a posteriori para confirmação das lesões.* Era o que tinha a registrar.

Picuí/PB, 30 de abril de 2014.

Dalvacir Alexandre da Silva
COMUNICANTE

Geandro M. Ferreira
GEANDRO DE MACEDO FERREIRA

TESTEMUNHA 1- RG nº 3195241 - SSP/PB, CPF 059.250.664-99, END.:R.Joaquim Francisco Dantas, 19 -Limeira, Picuí-PB

José Leandro de Melo Silva
JOSÉ LEANDRO DE MELO SILVA

TESTEMUNHA 2: RG nº 2577895- SSP/PB, CPF 068.314.024-88, END: R. São Sebastião 51- centro- Picuí-PB.

Carla G. B. Dantas
Escrivã



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - RN		NR 9798273139	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO			
VIA	COD. RENAVAM	ILUSTRAÇÃO	EXERCÍCIO
1	284589325		2813
NOME			
FABIO ADRIANO DA LUZ MEDEIROS			
CPF / CNPJ	PLACA		
856.128.784-19	NNR5692		
PLACA ANT. / JP	CLASS.		
NNR5692 / RN	9C2KC1618AR831566		
ESPECIE / TIPO	COMBUSTÍVEL		
PASSEIRO/MOTOCICLETA/VAO-AP-10/VE	ALCOOL-GASOL		
MARCA / MODELO	ANO / MES	ANO / MODELO	
HONDA/CG150 TITAN MIX KS	2818	2818	
CAR / POT / CC	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
PCV/149 CILINDRADAS	PARTICULAR	VERMELHA	
COTA ÚNICA	VENO. COTA ÚNICA	VENO. COTAS	
R\$ 0.00	22/03/2013	1º PAGO	
PARCELAMENTO / COTAS		2º PAGO	
R\$ 0.00		3º PAGO	
PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)	IOF (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)	DATA DE PAGAMENTO
0.00	0.00	0.00	28/02/2013
LICENCIAMENTO DE TRAN. PAGO *** DPVAT-PAGO			
OBSERVAÇÕES			
DISTRIBUIÇÃO DE PORTE OBRIGATORIO			
HONDA/CG150 TITAN MIX KS			
DATA			
28/02/2013			

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT			
RN Nº 9798273139		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO		
2813	28/02/2013		
CPF / CNPJ	PLACA		
856.128.784-19	NNR5692		
BILHETE DE SEGURO DPVAT			
RN Nº 9798273139	EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO	
2813	2813	28/02/2013	
VIA	CPF / CNPJ	PLACA	
1	856.128.784-19	NNR5692	
RENAVAM	MARCA / MODELO	ANO / MES	ANO / MODELO
284589325	HONDA/CG150 TITAN MIX KS	2818	2818
COTAS	VEICULO	VEICULO	
9	9C2KC1618AR831566		
PRÊMIO TARIFÁRIO			
PNS (R\$)	CONSTRAN (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)	
0.00	0.00	0.00	
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)	TOTAL DO PREÇO DO SEGURO (R\$)	
0.00	0.00	0.00	
PAGAMENTO	DATA DE PAGAMENTO		
COTA ÚNICA	PARCELADO		
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A			
CNPJ: 09.248.808/0001-04			



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Dobracin Alexandre da Silva, portador da carteira de identidade nº 1711224 e inscrito no CPF/MF sob o nº 930.054.404-78, residente e domiciliado na R. Elizário Cândido Costa, Cidade Picuí, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Dobracin Alexandre da Silva

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Picuí - PB, 03/09/14

Local e data





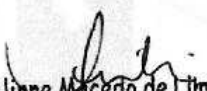
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21

BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

Picuí/PB, 29 de abril de 2014.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente **DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA**, 40 anos, vítima de acidente motociclístico, ocorrido no dia 27 de abril de 2014, na rodovia entre Picuí/PB – Barra de Santa Rosa/PB. Paciente apresentava deformidade em membro superior esquerdo (descontinuidade óssea em clavícula), dor intensa no membro afetado e escoriações. Encaminhado ao Hospital Regional de Picuí/. Transporte sem intercorrências.


Alinne Macedo de Lima
ENFERMEIRA
COREN - PB 294121

ALINNE MACEDO DE LIMA
Coordenadora SAMU PICUI/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e-mail: pmpicui.sat.splena@uol.com.br



CÉDULA DA UNIDADE: 2757710 COCOPPE: 79.778.288.0001/60
 NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
 END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA
 MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25
 Nome: DAI VACIR ALEXANDRE DA SILVA
 Raça/Cor: PARDA
 Dt. Naso: 08/07/1973 Idade: 40 ano(s) mês(es) de idade dia(s) de idade Sexo: M
 Mãe: RIVALDA DINIZ ALEXANDRE DA SILVA
 Profissão: AGRICULTOR Documento: 1711224 Nº:
 Endereço: RUA 24 DE NOVEMBRO
 Bairro: CENTRO
 Município/CEP/IBGE: PICUI / 58187000 / 261140
 Telefone para contato: (63) 3371-2554 CNS: 160479030890009
 Data e Hora: 27/04/2014 16:26:24 CADASTRO: 173504

PESO: _____ PA: _____ TEMP.: _____
 ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)
 Vítima de acidente
 após queda de altura
 no local de trabalho
 quebra de
 EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)
 RESULTADOS

Hospital Regional de Picui
 Atesto conforme o original.
 Picui, 29/04/2014
 Arquivo Médico
 Jossiana Lima de Melo
 Aux. Administrativo

2. *Dispn. em - 40 gts v.o.*
 3.
 4. CARÁTER DO ATENDIMENTO
☐ 01 - ELETIVO
☐ 02 - URGÊNCIA
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS
 PROCEDIMENTO - descrição:
completo
 DIAGNÓSTICO:
Poli-traumatismo
 CID-10:
 MEDICAÇÃO:
☐ 1. PRESCRITA
☐ 2. APLICADA
 ENCAMINHAMENTO:
☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS
 SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:
 1. _____
 2. _____
 3. _____
 ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)
 CNS _____ CBO _____ CRM _____
 ASS. DO PACIENTE/COMPANHANTE OU RESPONSÁVEL _____ OU POLEGAR DIREITO
 Jossiana Lima de Melo
 ASS. DO REVISOR TÉCNICO _____ ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO _____



ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) DALVA CID REXANPE DA SILVA portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, submetido(a) a CIQUIN, portador da patologia CID-10 S41.2, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 05 (CINCO) dias, a partir desta data.

Pícuí, 28/09/14.


Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 22/03/2017 15 horas 00 minutos

Processo: 0002851-25.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 3375,00

Serie : 08

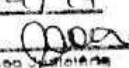
Autor : DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

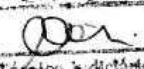
Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO

DATA
Recebidos nesta data em Cartório.
Picui, 17/04/17

Analista / Técnico Judiciário

CONCLUSÃO
Concluido nesta data em 015. Juiz de Direito.
Picui, 17/04/17

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

29
e

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito


DATA:
Recebido e lido em Cartório.
Por: 19/10/17
Assinatura / Tâcn. Judiciário



C E R T I D ã O

Certifico que nesta data **EXPEDI** a **NOTA**
DE FORO 177/2017. Dou fé.
Picuti, 27 de outubro de 2017.

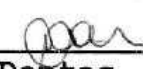
30



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária

C E R T I D ã O

Certifico que nesta data foi **PUBLICADA**
no Diário da Justiça a **NOTA DE FORO**
177/2017. Dou fé.
Picuti, 31 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária



ANEXADA
Nesta data JUNTO a estes autos o(a)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mandado de Citação | <input type="checkbox"/> No AR |
| <input type="checkbox"/> Mandado de Intimação | <input checked="" type="checkbox"/> A Petição |
| <input type="checkbox"/> Mandado de prisão | <input type="checkbox"/> Edital |
| <input type="checkbox"/> Oficial nº | <input type="checkbox"/> Carta Precatória |
| <input type="checkbox"/> Nota de Foro nº | <input type="checkbox"/> |

Picuí, 21 / 02 / 18

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA
recebido nesta data em Cartório
Piauí 15 / 12 / 2014
Causa 100000000023842974
Requerente / Desembargador

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-PA
PARAÍBA

Processo: 0002851-25.2016.815.0271

DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, **juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente é apenas um mero MOTORISTA ENTREGADOR**, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**.

Cumprе ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênia, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoado por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que juntara agora **a Cópia do seu Contracheque qual testifica que ele é um mero MOTORISTA ENTREGADOR, que percebe apenas como remuneração um pouco mais que um salário mínimo**, comprovando assim a inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na ³²petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

§ 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.

§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.

§ 7º Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral, ou em



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas,
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com






TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

caso contrário, que seja o mesmo apenas dispensado de recolher as custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC, devendo arcar com os ônus das diligências, postagens e demais outras despesas decorrentes desses autos. 33

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 11 de dezembro de 2017.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



Demonstrativo de Pagamento de Salário

FRANCISCO DAS CHAGAS DINIS LIMA

CPF/CEI: 24.290.330/0001-27

Admissão: 01/02/2005

Competência: Outubro de 2017

(Folha de Pagamento)

Cargo: MOTORISTA ENTREGADOR

Código Nome do Funcionário

CBO Emp. Local Depto. Setor Seção FI

000004 DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

782310 Lotação: 001 SETOR DE VENDAS

0003

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
011	Salário-Base	31 dia(s)	1.023,00	
092	Arredondamento Compensação		0,77	
310	INSS	8%		81,84
391	Arredondamento Desconto			0,93

34
Q

Total de Vencimentos

Total de Descontos:

1.023,77

82,77

Valor Líquido



Salário Base

Sal. Contr. INSS

Base Cál. FGTS

F.G.T.S. do Mês

Base Cál. IRRF

941,00
Faixa IRRF

1.023,00

1.023,00

1.023,00

81,84

Nilo Trigueiro Dantas
OAB/PB. 13220
OAB/RN. 834-A



CONCLUSÃO
Concluída em 22/02/18
Pela 22 02 18
Assinado eletronicamente por: [Assinatura]





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

39

Processo nº 0002851-25.2016.815.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade de justiça.

Outrossim, verifica-se que a parte não juntou aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa, mas, tão somente, comprovante do requerimento administrativo.

Sendo assim, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa.

Picuí, 27 de fevereiro de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 02/04/19.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002851-25.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002851-25.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 7 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002851-25.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID **24631748**, abaixo transcrito:

"Vistos, etc. Defiro a gratuidade de justiça. Outrossim, verifica-se que a parte não juntou aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa, mas, tão somente, comprovante do requerimento administrativo. Sendo assim, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovante de denegação do seguro na esfera administrativa".

Picuí/PB, 7 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID

Técnico Judiciário



Ciente e segue carta negativa da seguradora em anexo, conforme determinado no despacho retro.





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2016

Carta nº 9343639

a/c: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

Sinistro: 3160032548 ASL-0828956/14
Vitima: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA
Data Acidente: 27/04/2014
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00851/00852 - carta_16

00020426





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DE PICUÍ



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 0002851-25.2016.8.15.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, em respeito aos princípios da duração razoável do processo e economia processual, **cite-se o promovido** para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, caso esta seja instruída com documentos e/ou sejam arguidas preliminares ao mérito, **intime-se a parte autora à réplica/impugnação**, no prazo de 15 (quinze) dias.



Cumpra-se **independentemente de novo despacho.**

Picuí, data da assinatura eletrônica.

Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002851-25.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: DALVACIR ALEXANDRE DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 Andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado
cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na
p e t i ç ã o i n i c i a l .

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 31 de janeiro de 2021.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19092215482100000000023842974
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20060709123554800000030066638
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20060709123554800000030066638
Expediente	Expediente	20060709154418400000030066639
Informação	Informação	20071221532400600000030912987



CARTA NEGATIVA SEGURADORA	Outros Documentos	20071221532648000000030912988
Despacho	Despacho	21012711355843500000036923731

